

BOURDIEU, Pierre, e PASSERON, Jean Claude - *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Les Éditions de Minuit — Paris, 1970 — 279 páginas.

Na impossibilidade de obter dados mais precisos sobre os autores, resta-nos a indicação de que eles publicaram, sobretudo na década dos 60, uma série de obras que versam sobre problemas ligados à sociologia e à educação. É também fato conhecido que o professor Bourdieu tem se dedicado notadamente ao estudo das estruturas de poder.

O propósito do livro, segundo esclarece o próprio subtítulo, é o de colocar os “elementos para uma teoria do sistema de ensino”.

Em decorrência da adoção de dois tipos distintos de abordagem, ele é dividido em duas partes. A primeira delas, de caráter puramente teórico, consiste na proposição de uma teoria da ação de violência simbólica e das condições sociais de sua dissimulação.

A segunda parte refere-se a uma série de pesquisas e estudos que ofereceram ou complementaram dados importantes para a formulação da teoria, ou ainda, serviram para justificá-la ou mesmo corrigi-la.

Examinemos as principais proposições da teoria da violência simbólica.

O ponto de partida de uma cadeia lógico-dedutiva que termina pela demonstração das atribuições fundamentais do sistema de ensino é uma proposição referente à ação pedagógica. Esta é considerada como “uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (pág. 19). Entende-se pois, por violência sim-

bólica, uma ação que impõe, como legítimo para toda a sociedade, um conjunto de significações culturais, de caráter particular e arbitrário, que procede das relações de força entre grupos ou classes sociais.

Tais relações legitimam o arbitrário cultural justamente pelo fato de dissimularem sua própria natureza. Elas o fazem através da delegação do direito de violência simbólica à autoridade pedagógica, condição de eficácia social da ação pedagógica, que implica, por sua parte, na autonomia relativa da instância encarregada de exercê-la.

A ação pedagógica, uma vez institucionalizada, recebe o nome de trabalho pedagógico, entendido como trabalho de interiorização do arbitrário cultural. É ele o responsável pela formação de hábitos que funcionam como princípio gerador das práticas reprodutivas da ordem social estabelecida, o que evidencia sua dependência do sistema de relações entre as classes sociais.

Finalmente, o sistema de ensino, como instituição encarregada de exercer o trabalho pedagógico, “deve suas características peculiares de estrutura e funcionamento, ao fato de ter que reproduzir, por um lado, as condições institucionais que garantem a sua permanência como instituição” (pág. 70). Por outro, deve garantir também um certo tipo de reprodução cultural, ou seja, a do arbitrário cultural, o que contribui para a reprodução de uma dada ordem social. O caráter vicioso e circular da reprodução do sistema de ensino é, exatamente, o que justifica o título escolhido para a obra.

Na segunda parte do livro, os autores analisam diferentes aspectos do sistema de ensino francês, e o fazem sempre sob o ângulo da vinculação que este apresenta com a estrutura

de classes, ponto central da teoria enunciada anteriormente.

De início procuram mostrar que a relação entre rendimento escolar (operacionalizado em termos de competência lingüística) e classe social, sofre uma retradução a cada nível de ensino. O grau de seleção operado nos vários níveis do sistema tendo como base a situação originária de classe dos alunos é que irá possibilitar, na universidade, o rendimento maior dos alunos provenientes das camadas populares em relação ao apresentado pelos que procedem de estratos não tão altamente selecionados.

Detêm-se em seguida na análise das transformações pelas quais passou o ensino superior na França entre 1961/2 e 1965/6. A aparente democratização ocorrida nesse período na verdade implicou em alteração muito pouco significativa da antiga distribuição de oportunidades pelas classes sociais, dado ao qual se aliou a recusa por parte do corpo docente de reformular os padrões de comunicação em função das exigências da nova clientela. Esses são indicadores de que, tendo que se reestruturar mediante pressões de natureza política, demográfica ou de qualquer outra procedência, o sistema de ensino as reformula de maneira a neutralizar-lhes a influência, em função dos objetivos que lhe são inerentes como sistema.

Uma vez que a relação pedagógica não estabelece a comunicação que seria desejável pela própria natureza de sua definição, resta conhecer os mecanismos de que lança mão o sistema de ensino para manter esse tipo de relação.

O papel privilegiado nesse caso cabe à linguagem, particularmente à linguagem falada, dada a extrema desproporção que se verifica entre a importância atribuída ao tipo de aula magistral em relação aos processos de auto-aprendizagem, relegados a plano secundário.

A universidade francesa, não proporcionando explicitamente o domínio da linguagem

que ele coloca como padrão de exigência, exige, por sua parte, uniformemente de todos os alunos, que eles apresentem o padrão que ela não confere. Perpetuando um modo de transmissão que se aproxima o máximo possível do modo familiar de comunicação empregado por uma classe social específica, ela oferece um tipo de formação e de informação que estão aptos a receber, com proveito, somente aqueles que já trazem consigo a bagagem cultural que a escola não proporciona, mas pressupõe.

Um outro mecanismo de auto-preservação manifesta-se na importância conferida aos exames e reforça-se na instituição dos concursos promovidos pelo Estado.

Se é certo que a escola não consegue impor como absoluto, em termos de sociedade global, o seu princípio de hierarquização — os melhores alunos não são sempre os mais bem sucedidos fora da escola — não é menos verdade que ela consegue concorrer com outros princípios hierárquicos e, com maior probabilidade de fazer prevalecer sua posição, na medida em que inculca seus valores nas classes sociais que estão mais predispostas a reconhecê-la como autoridade pedagógica.

Por outro lado, o sistema de seleção através de exames omite a relação entre os candidatos e aqueles que foram sistematicamente eliminados nas diferentes etapas escolares, antes mesmo de serem examinados. As desiguais probabilidades de eliminação entre as diferentes classes sociais são bastante patentes, não só pelo fato de que a ascensão a um dado nível de ensino depende da aprovação anterior em curso que lhe faculte o acesso, como também pelo fato de que os alunos de determinadas classes sociais são levados a renunciar à possibilidade de cursar determinados níveis, ou ainda, de escolher certas especialidades.

Para terminar, os autores discutem as funções externas do sistema escolar, ou seja, suas relações com outros subsistemas como o econômico e o de valores.

As abordagens a esse respeito, elaboradas por especialistas em diferentes setores, como economistas, antropólogos e mesmo sociólogos, são criticadas por deixarem de considerar, quer a dependência que mantém o sistema de ensino em relação ao sistema de classes, quer a autonomia relativa de que ele dispõe e que lhe permite fazer face às solicitações externas sob a aparência de independência e neutralidade que dissimula suas funções efetivas.

Em que pese a originalidade dos autores em termos da metodologia utilizada, gostaríamos de nos deter no que seria o ponto vital da problemática proposta pelo livro, à guisa de apreciação.

Construindo um esquema de interpretação inteiramente fechado sobre si mesmo, Bourdieu e Passeron deixaram de conferir — a não ser no plano utópico — um lugar lógico para a possibilidade crítica que eles próprios representam através da análise pertinen-

te das relações do sistema de ensino com o sistema de classes. A teoria rigorosamente dedutiva da reprodução social determinada pela reprodução da própria instituição educativa, deixa de considerar o momento em que o sistema, ao lado da sua atribuição reprodutora, engendra também um movimento no sentido de superação desse círculo vicioso. E seria surpreendente se os autores não reconhecessem o seu esforço analítico dentro desta perspectiva.

Nesse sentido, parece-nos que é a falta de uma perspectiva histórica que impede a colocação adequada das possibilidades dialéticas do sistema de ensino, que, se não chega a ser o elemento determinante da transformação de uma dada constelação de poder, pode contribuir de alguma maneira para que essa constelação se altere.

**Elba Siqueira de Sá Barreto**  
Fundação Carlos Chagas